



7ª Vara Federal

Portaria

## 07ª VARA - RECIFE-PE

### PORTARIA Nº 83/2022

A MM. Juíza Federal da 7ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, Dra. **ARA CÁRITA MUNIZA DA SILVA MASCARENHAS**, no uso de suas atribuições legais e em virtude de lei, etc.

#### RESOLVE:

**I. Designar** o dia **15 de agosto de 2022, às 9:00 horas**, para o início da Inspeção Anual nos processos em tramitação nesta 7ª Vara Federal, com término previsto para o dia **19 de agosto do corrente ano, às 17:00 horas**;

**II. Determinar o recolhimento de todos os processos** em poder de procuradores e advogados, **porventura ainda existentes, uma vez que já digitalizados os processos físicos deste Juízo e migrados para o sistema digital (PJe)**, até o dia **12 (doze) de agosto de 2022**;

**III. Cientificar** os procuradores, defensores e advogados de que **os prazos pertinentes aos processos eletrônicos não serão suspensos em razão da Inspeção Ordinária, salvo determinação em contrário exarada por órgão do Poder Judiciário com competência para tanto**;

**IV. Cientificar** ao Procurador-Chefe da representação do Ministério Público Federal em Pernambuco, à Defensoria Pública da União, à Advocacia Geral da União em Pernambuco, à Procuradoria da Fazenda Nacional, à Procuradoria Regional Federal, à Caixa Econômica Federal e ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, para os fins previstos em lei;

**V. Comunicar** ao Excelentíssimo Senhor Corregedor-Regional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região;

**VI. Expedir** Edital, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 13, inc. III, da Lei nº 5.010/1966, do art. 20, da Resolução nº 496, de 13 de fevereiro de 2006, do Conselho da Justiça Federal, dos arts. 18 a 26 do Regimento Interno e dos arts. 1º a 16 do Provimento nº 01/2009, ambos editados pela Corregedoria-Regional do TRF5.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **ARA CÁRITA MUNIZ DA SILVA MASCARENHAS, JUIZ FEDERAL/ JUDICIÁRIA**, em 21/06/2022, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=](http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=) informando o código verificador **2823348** e o código CRC **07FEB7F3**.